

A luz que vem da Amazônia

Pedro Rogério Moreira

A crise de energia elétrica que escureceu a alegria do brasileiro tem como uma de suas causas o terrorismo ecológico. Os movimentos de defesa do meio ambiente, a partir da década de 70, radicalizaram sua atuação em todo o planeta, especialmente nos países tropicais em desenvolvimento, como o Brasil. Lastreava esse radicalismo a leniência com que os governos encaravam o desmatamento indiscriminado, a poluição dos rios por dejetos industriais, a destruição da fauna silvestre, uma desajeitada política indigenista e a deterioração da qualidade do ar nas grandes cidades.

Um erro não pode justificar o outro. Foi entretanto o que aconteceu. No Brasil, diante do crescimento da indignação com a incúria dos governos para enfrentar as degradações ambientais, o movimento ecológico internacionalizado foi ocupando espaços na opinião pública. Avassaladoramente, sobretudo a partir das redações dos jornais e TVs. Da defesa de causas sensatas para o terrorismo puro e simples, foi um pulo. Este redator era repórter na Amazônia no começo dos anos 80 e deve ter dado modesta contribuição no rumo desse irracionalismo em algumas reportagens para o *Jornal Nacional*, da Rede Globo.

O resultado é que hoje não se pode arrancar um matinho à-toa que o mundo vem abaixo. Não se pode nem escrever a frase que acabei de escrever: ela já está sendo tachada de politicamente incorreta. "Matinho à-toa", onde já se viu?

Tão grave quanto o desleixo de nossos governantes em não investir nesse setor vital da vida que é a energia elétrica, é o sentimento de medo que os tem dominado diante do confronto hidrelétrica versus meio ambiente.

O governo do Brasil virou, há anos, refém do terrorismo ambiental. A eficiente e perversa máquina desse movimento multinacional é capaz de dificultar ou mesmo de paralisar iniciativas de produção limpa de hidroenergia, justamente aquela que mais envolve aspectos ligados ao apostolado dos terroristas ecológicos. Eles conseguiram satanizar as hidrelétricas — e nós, ó: jecas-tatus, passamos a evitá-las, como se evita o encontro com o diabo na encruzilhada da escuridão.

É o que eles querem: nos manter no breu, para não enxergarmos a pilhagem deles.

A matriz energética brasileira por excelência é a que está nos seus rios e nas suas poderosas quedas d'água. Quem disser diferente age contra a natureza. Minas Gerais, pioneiramente, aceitou essa verdade geoeconômica há décadas, e por isso mesmo é chamada de a caixa d'água do Brasil. Agora é também o aquecedor, responsável pelo abastecimento de 20% da energia elétrica consumida no Centro-Sul do país.

Estão aí a Cemig e Furnas, plenas de êxitos em sua vida empresarial.

A ciência e a tecnologia aplicadas na construção de hidrelétricas avançaram espetacularmente nas últimas décadas, e muito por causa da pressão dos movimentos preservacionistas. Ainda bem. Olhem só a evolução de um projeto como a da hidrelétrica de Belo Monte, prevista para ser construída no rio Xingu, estado do Pará. O primeiro projeto, de 1985, estimava uma área alagada de 1.200 quilômetros quadrados, para suas turbinas gerarem onze mil megawatts. Esse gigantesco lago iria certamente desalojar comunidades indígenas e de pequenos agricultores dos arredores da cidade de Altamira, além de afetar com mais intensidade a vida silvestre. Era preciso mudar o projeto, para adaptá-lo às exigências não do terrorismo ecológico, mas do bom senso ambiental, filho da cidadania responsável.

Os engenheiros da Eletronorte, com a experiência (de êxitos e insucessos) adquirida na construção de Tucuruí — hoje uma obra indiscutivelmente vitoriosa —, passaram anos debruçados nas pranchetas, e em 1998 concluíram o novo projeto dessa que pode ser a segunda maior hidrelétrica do mundo (só perdendo para a que está sendo construída na China). Deram uma prova cabal de criatividade em face do desafio. Sabem para quanto passou a área alagada? Para quatrocentos quilômetros quadrados! De 1.200 para quatrocentos, e sem diminuir a potência das turbinas. Trocaram a sua localização, projetando-a para a chamada "volta grande" do Xingu, cujas terras já são alagadas na temporada das cheias. Com isso, também reduziu-se em dois terços o volume inicial de concreto previsto para o barramento do rio. O custo da obra diminuiu à metade.

Eis aí uma iniciativa concreta para enfrentar a escuridão em que nos meteram.

Construir pequenas termelétricas a gás vai ajudar a curto e médio prazos. No longo prazo, só os nossos rios podem salvar a civilização brasileira da escuridão e da perda de energia de seus filhos.

A Amazônia, há anos, oferece grande ajuda ao desenvolvimento do Nordeste e do Centro-Sul, com o linhão ligando Tucuruí, no rio Tocantins, a Sobradinho, no rio São Francisco, com sua energia chegando até Brasília.

Pode vir de outro rio amazônico, o Xingu, a chama da nossa alegria bruscamente escurecida. E o que falta? Apenas a coragem da decisão política. Mãos à obra!

O GOVERNO DO BRASIL VIROU, HÁ ANOS, REFÉM DO TERRORISMO AMBIENTAL. A EFICIENTE E PERVERSA MÁQUINA DESSE MOVIMENTO MULTINACIONAL É CAPAZ DE DIFICULTAR OU MESMO DE PARALISAR INICIATIVAS DE PRODUÇÃO LIMPA DE HIDROENERGIA